



Sociedade e Estado

ISSN: 0102-6992

revistasol@unb.br

Universidade de Brasília

Brasil

Grün, Roberto

Capital cultural, conhecimento e dominação social: as pistas e os problemas levantados
pela dominação financeira contemporânea

Sociedade e Estado, vol. 31, núm. 2, mayo-agosto, 2016, pp. 403-431

Universidade de Brasília

Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339947439006>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

Capital cultural, conhecimento e dominação social: as pistas e os problemas levantados pela dominação financeira contemporânea

Recebido: 29.03.14

Aprovado: 21.10.15

Roberto Grün*

* Departamento de Engenharia da Produção (DEP), Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças (Nesefi)/Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). <rgrun@uol.com.br>.

Resumo: O mundo das finanças costuma ser visto como a esfera mais racional da sociedade, na qual só funcionam e são admitidas considerações práticas de ordem econômica. O intuito deste artigo é de, a partir de alterações recentes da economia brasileira, mostrar como esse espaço está, ele também, baseado num conjunto de pressupostos culturais. Mudando esses pressupostos, muda também o conjunto de possibilidades abertas para a ação e a reflexão econômica, com consequências importantes também na esfera política, a ponto de podermos afirmar a existência de um novo modo de dominação. O material empírico para o desenvolvimento dessa hipótese vem prioritariamente das transformações do campo das finanças no Brasil recente e a tentativa de demonstração apresenta algumas nuances dos sistemas classificatórios que regem o campo do poder da contemporaneidade nacional. As transformações, e as ações dos atores que nelas estão implicados, desvelam também um sistema classificatório robusto, surgido fundamentalmente com a redemocratização do Brasil, cuja pregnância espero conseguir demonstrar no texto.

Palavras-chave: conflito cultural, alto/baixo clero, “lição de casa”, fundos de pensão, Partido da imprensa Golpista (PiG), “mensalão”.

Introdução

A esfera cultural costuma ser vista como contraposta e subsumida à econômica. Essa avaliação é um automatismo ancorado no bom senso que confere maior importância à “dura e objetiva realidade econômica” do que à “plástica e ambígua atualidade cultural”. É ainda o resultado de um marxismo vulgarizado que curiosamente enraizou nos setores cultos da sociedade um determinismo econômico, paradoxalmente tosco, que funciona como efeito-teoria perverso, incidindo principalmente nos setores sociais e culturais que se identificam com o chamado “neoliberalismo”, como sugere Pierre Bourdieu (2012). E essa peculiaridade, como veremos adiante, irá sedimentar culturalmente a disjunção entre as esferas econômica e social, justamente uma das características mais marcantes da ideologia “neoliberal”.

Ao se observar o mundo das finanças, a suposição irrefletida cobra um preço especialmente caro e seu efeito dissimulador deveria ser esclarecido justamente para

que a sociologia pudesse encarar essa esfinge que a desafia intelectualmente, já que ela hipostasia um conjunto de conexões fundamentais para explicar a contemporaneidade. Os “mercados” tornaram-se uma expressão encantada. Os mercados financeiros pressupõem sua hegemonia sobre quaisquer outras instâncias, incluídos os mercados de trabalho e de bens materiais.

Naturalizada, essa expressão não precisa ser explicada no nosso cotidiano e parece ter o dom de controlar nossos destinos como uma espécie de *deus ex machina* cujas determinações e ruminções são capazes de suplantam quaisquer outras razões, argumentos ou necessidades. Consequentemente, abrir essa “caixa-preta” é um passo necessário para que a sociologia cumpra o seu papel, dotando a sociedade de instrumentos para a reflexividade no trato indispensável de seu espaço financeiro (Grün, 2007b).

O mundo das finanças é uma esfera de sociabilidade que nas sociedades contemporâneas costuma funcionar como um campo no sentido da sociologia de Pierre Bourdieu (2003). Essas configurações sociais expressam, entre seus principais atributos, a propriedade de construir e manter um grau de autonomização em relação a outras esferas. O mundo das finanças se caracteriza por uma maior ou menor capacidade de impor um sentido compartilhado por toda a sociedade sobre o significado dos eventos que transcorrem no seu interior e, especialmente, em suas fronteiras.

Uma das medidas da autonomia é justamente a maior ou menor capacidade de imposição do arbitrário ali produzido nas demais esferas da sociedade contemporânea, pois outros espaços sociais, especialmente os adjacentes – como o empresarial ou o universitário – também tentam fazer a sociedade acatar suas versões da realidade. Nesse sentido, não é demasiado dizer que o campo financeiro parece ter se depreendido totalmente do resto da sociedade, obrigando-a a aceitar suas mais diversas opiniões e, principalmente, seu *diktat* sobre a condução das vidas pessoais e coletivas daquela imensa maioria da população que está explicitamente afastada do campo financeiro. Percebemos essa autonomização de maneira muito clara quando observamos que a representação social da atividade econômica deixou de ter o centro na atividade industrial para deslocar-se em direção aos “mercados”. A representação social da riqueza deixou de se fazer em torno do industrial ou do grande agricultor prósperos para se concentrar nos banqueiros e financistas mais notórios. E, não por acaso, a crítica social contemporânea – e mesmo a indústria cultural – miram não mais o “capitão de indústria” implacável em sua determinação de crescer em riqueza e poder, construtor de impérios empresariais mensuráveis pelo número de empresas e de empregados que ostentava ou subordinava, mas o banqueiro especialmente ardiloso na tarefa de canalizar toda a riqueza produzida pela sociedade para os seus próprios bolsos, enxergado pela crítica como um parasita que não cria

empregos nem qualquer produto ou serviço útil para a sociedade, apenas se apropria da labuta dos outros (Grün, 1994; Useem, 1996; Davis, 2009; Grün, 2013a).

No espaço que estamos explorando, o ponto mais saliente – e contraintuitivo – da proposição acima é justamente que os financistas são ricos porque são legítimos, ao contrário da proposição inversa de que é a riqueza que produz a legitimidade (Grün, 2007b). Se correta, essa afirmação tem muitas consequências, tanto na esfera propriamente da reflexão intelectual como na da avaliação dos graus de liberdade efetivos e de suas aplicações na análise e nas intervenções na dinâmica política e mesmo na busca de inteligibilidade das transformações morfológicas da sociedade contemporânea. Essencialmente porque ela desloca o foco da investigação sobre a esfera financeira que antes estava confinado aos espaços teórico e empírico normalmente abrangidos e controlados pela economia, para aquele dos estudos sobre a cultura, nos quais a construção dos objetos e, portanto, as problemáticas desenvolvidas terão contornos provavelmente distintos e menos intuitivos. Nesse caso, o programa analítico principal deve desenvolver-se em torno da imposição de um arbitrário cultural e dos agentes capazes de exercer essa força e, correlativamente, daqueles cujos destinos são afetados mais ou menos passivamente pelos deslocamentos semânticos e reconstruções da realidade que são produzidos nessa dinâmica.

Os altos e os baixos da cultura e da economia

Ao avançar na hipótese acima, podemos olhar para a sociedade brasileira contemporânea e, sem muito esforço, observar o uso cotidiano de algumas expressões que se tornaram corriqueiras para designar, valorizar e rebaixar indivíduos, grupos, as suas ideias e pretensões. Trata-se do par “alto clero/baixo clero” e de seu corolário lógico, o da designação, cobrança e correção da “lição de casa”. O uso do par é tão frequente que dispensa apresentações. Um primeiro ponto – que creio não ser tão intuitivo – é que o “alto clero” exerce sua tutela sobre o “baixo clero” mediante a imposição da “lição de casa”. Essa última expressão, evidentemente extraída do universo do aprendizado escolar, tem um poder mnemônico que deve ser explicitado se quisermos avançar na compreensão das engrenagens que fazem funcionar o poder simbólico nas mais diversas atividades que constituem a sociedade brasileira contemporânea. O reconhecimento da necessidade de se fazer a “lição de casa” implica no reconhecimento da dominação cultural daqueles que prescrevem tal tarefa. Evidentemente, esse conjunto articulado de metáforas é originário de disputas e polêmicas que se travaram no espaço cultural das sociedades. Naturalizadas, essas expressões nos fazem esquecer tanto as suas origens como as consequências de seu emprego cada vez mais extenso e sistemático, que carrega e reitera sistematicamente a imposição da “meta” – dominação simbólica que percorre o Brasil contemporâneo (Grün, 2013a).

Ora, esse conjunto de ideias, que se transformou num sistema classificatório central, foi “tropicalizado” num momento bem específico pelo representante de um estrato também ele claramente identificado, e nem precisamos nos aprofundar na repercussão desse assinalamento. O conjunto de expressões entrou no português corrente brasileiro a partir da publicação de *A universidade em ritmo de barbárie* (Giannotti, 1986), um brado de defesa da hierarquia intelectual e universitária tradicionais cujos indivíduos e grupos que então começavam a se tornar dominantes se defendiam das consequências de uma das expansões daquele espaço no período, quando foram fundados os sindicatos de professores universitários locais e a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes) em nível nacional.

A hegemonia intelectual recém-conquistada na redemocratização era já contestada por um outro princípio de legitimidade. As tensões dessa disputa na esfera cultural rapidamente desaguaram num conjunto de trabalhos ao mesmo tempo científicos e de circunstância que, entre outras características, tentavam afiançar a primazia de seus produtores na hierarquia cultural e, soubemos mais tarde, política da sociedade brasileira saída da redemocratização. José Arthur Giannotti era o filósofo mais evidenciado de um grupo de intelectuais e professores universitários consagrados na delimitação com o “velho” poder universitário vinculado aos grupos no poder durante a ditadura militar, que reivindicava a liderança dos dois mundos interligados da educação e da cultura e que subitamente tiveram essa pretensão relativizada pelo surgimento do novo polo sindical. Esse grupo travava, naquele momento, uma disputa muito direta pela primazia e pelo sentido do mundo acadêmico com outro segmento de “jovens turcos”, esses últimos alavancados pela ação sindical e sua manifestação pode ser entendida no contexto daquela configuração. A análise da disputa pela primazia do discurso sobre os rumos da universidade brasileira que se travou entre os anos 1980 e 1990 mostra, em grandes linhas, o relevo desse espaço (Hey, 2008).

O ponto de vista que José Arthur Giannotti expressou naquele momento pode ser considerado certo ou errado, interessado ou sublime, mas o que realmente nos importa aqui é que o conjunto de categorias que ele decalcou da filosofia política ocidental para uso em sua polêmica enxertou bem e ganhou rapidamente raízes no novo solo (Gangneux, 1959; O’Boyle, 1970; Chartier, 1982; Darnton, 1983). E, por isso, as razões desse enraizamento são questões sociológicas muito interessantes a serem exploradas. É fácil constatar que o conjunto de categorias engendrado e utilizado para dar sentido a uma hierarquia estritamente cultural ganhou rapidamente outros terrenos. Num caso típico da ação de um conjunto articulado de metáforas vivas, ele foi estendido para dar conta de outras situações, em outros espaços e, sub-repticiamente, passou a nos fazer pensar tais configurações a partir da lógica das hierarquias culturais (Bourdieu, 1990; Ortony, 1993; Lakoff, 1996; Bourdieu,

1997). Um conjunto de metáforas se naturalizou, em outros termos, transformou-se em sistema classificatório nativo, automático e indisputado. Todos nós passamos a pensar através dele e deixamos de ter qualquer tipo controle reflexivo sobre as configurações e realidades que ele produzia e a perder de vista aquelas que esse sistema classificatório obscurecia (Grün, 2014).

Além do interesse evidente que a elucidação dessa configuração ainda pouco esclarecida tem para o entendimento tanto da história política quanto da história social e intelectual da sociedade brasileira recente, ela também influenciou nosso espaço financeiro. Especificamente, espero conseguir demonstrar que ela está presente na origem da configuração do campo financeiro brasileiro contemporâneo, estruturando esse espaço apenas aparentemente distante do mundo intelectual. No presente texto, proponho uma leitura da construção e manutenção das linhas de força desse espaço a partir da categorização cultural engendrada na sociedade inclusiva e a dependência de caminho que essa origem deflagrou no desenvolvimento posterior da configuração.

Uma vanguarda não intuitiva

A forma que o espaço financeiro tem se configurado nos últimos 20 anos, nos quais se desenvolveu uma vanguarda interna bem especificada, bem como alguns setores subordinados ganharam um canal para expressar seus interesses e suas inquietações, teve como marco inicial decisivo o processo de privatização das empresas estatais ocorrido no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Os até então pouco expressivos bancos de investimentos¹ e demais formas organizacionais “leves” do setor financeiro, que se contrapunham ao caráter “pesado” e “institucional” dos bancos comerciais tradicionais, adquiriram uma enorme musculatura ao produzir e instrumentar aquela importante alteração tanto da paisagem econômica como da política e sindical. Por outro lado, e como consequência desse passo, os “modernos” bancos de investimentos passaram a se diferenciar cada vez mais do extenso universo das pequenas e médias corretoras de títulos e demais intermediários financeiros de menor calibre, polo tradicional, mas evidentemente dominado do campo. Os integrantes deste último grupo passaram por momentos muito difíceis na nova configuração e suas agruras nos períodos FHC podem explicar o inesperado apoio que Lula obteve logo no início do seu governo por parte de setores do mercado financeiro (Murphy, 2002; Grün, 2007a; 2013b).

Os bancos de investimentos canalizaram um conjunto de tecnologias jurídicas e financeiras que tornaram possível o processo de privatização, “resolvendo” o que foi considerado na época um problema premente tanto da estrutura econômica brasileira como das estruturas políticas. Na primeira esfera, o diagnóstico foi que o

1. No quadro, a expressão “banco de investimentos” é uma tradução direta da expressão norte-americana, o que pode provocar alguma confusão, ainda que tal denominação seja frequente. Nossos bancos de investimentos são também chamados de bancos “de atacado”, pois, apesar de poderem legalmente gerir sistemas de contas-corrente que são mais típicos dos bancos “de varejo”, caracterizam-se mais por organizar investimentos e desinvestimentos de vulto para grandes clientes ou mesmo para os próprios sócios e empresas coligadas nas quais têm participação.

Estado seria ineficiente porque carregaria aquelas empresas, as quais, intrinsecamente deficitárias porque ineficientes, impunham suas pautas ao resto do governo e se constituíam num sorvedouro de recursos econômicos que inibia outras políticas estatais. Na esfera política, o grupo então no poder identificou no sindicalismo ligado àquelas empresas estatais o principal adversário de suas arremetidas rumo ao controle da agenda política e institucional. Conjunturalmente, essa “certeza” se formou durante e no rescaldo da greve dos petroleiros transcorrida no início do governo FHC e, não por acaso, duramente combatida por ele.

Atores anfíbios – atuando tanto na esfera econômica como na política, criando e instrumentalizando as novas tecnologias sociais que permitiram a transformação econômica –, nossos banqueiros de investimentos transformaram-se em verdadeira vanguarda do setor financeiro e ainda em agentes políticos eficientes para a configuração que se formou no primeiro período de Cardoso. Na base do conteúdo intrínseco dessa competência, constatamos a importação e a adaptação para o Brasil de então de um feixe de técnicas jurídicas, de engenharia financeira e de tecnologias organizacionais próprios dos países anglo-saxões do final dos anos 1980. Lá, tais instrumentos organizaram um profundo processo de fusões e incorporações de empresas (Estados Unidos) e a privatização de diversos serviços públicos (Reino Unido) (Useem, 1996; Williams *et alii*, 2013).

No Brasil, essa tecnologia tornou-se a base a partir da qual foram criados os contratos entre, tipicamente, três tipos de parceiros:

1. aqueles dotados de capital econômico (grandes bancos nacionais e internacionais, fundos de pensão, braços diretos do governo como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros atores institucionais);
2. aqueles dotados de credibilidade para gerir a especificidade tecnológica das empresas (em geral empresas estrangeiras que prestavam os mesmos serviços em seus países de origem, mas, também, eventualmente, grandes empresas brasileiras notoriamente eficientes); e
3. nossos bancos de investimentos, os quais, ainda que na época pouco dotados de capital econômico, empalmariam a capacidade de juntar os demais atores e de conectá-los às esferas governamentais que deveriam sancionar a aquisição e o funcionamento posterior das empresas.

E, na sequência, nosso deslocamento principal: os quadros desse novo mundo financeiro se fizeram enxergar como os únicos atores brasileiros capazes de gerir as

empresas recém-privatizadas de acordo com padrões organizacionais contemporâneos ajustados pela financeirização, que não estariam ao alcance das burocracias tradicionais das empresas estatais, ainda que nelas estivesse concentrado o pessoal com treinamento técnico específico de cada especialidade. Ao espelhar um processo internacional do período (DiMaggio, 2001), a eficiência deixou de ser uma relação de maestria tecnológica de algum processo industrial ou agrícola específicos para se converter em capacidade de “renovar” a gestão organizacional das empresas, cortando impiedosamente os desperdícios e demais “vazamentos” de recursos que o imaginário da época atribuía à gestão pública das empresas que estavam na mira da privatização (Grün, 1999).

Essa centralidade dos bancos de investimentos no processo deu aos seus dirigentes o direito tanto a aplausos e a enormes retribuições financeiras, típicas desse espaço, como também, mais tarde, à responsabilidade tanto pela era dos escândalos políticos iniciada pelo mensalão como, em parte², pelo deslize da economia em geral no momento da eclosão da crise financeira internacional. Na nossa grade de leitura, o desenvolvimento dessa tecnologia social representou primeiramente uma importante acumulação de capital cultural e simbólico que foi – e continua sendo – utilizada em diversas esferas da vida social brasileira, direcionando a favor daquele grupo o resultado de vários contenciosos importantes que dividem a nossa contemporaneidade. Mas uma curiosa sintonia do calendário interno do setor com a cronologia da vida política brasileira fez aparecer em cena o grupo dominado, normalmente obscuro, formado naquele momento tanto pelos corretores tradicionais como pelos dirigentes de fundos de pensão (Murphy, 2002). É assim que, secundária e corolariamente, a força relativa do grupo de agentes que dirige os bancos de investimentos pode ser avaliada no tempo, especialmente no enfrentamento dos atores que conseguiu subordinar num primeiro momento, mas que, um pouco mais tarde, acabariam ganhando força com o advento dos governos petistas.

Vanguarda, privatização e catarse social

Vivíamos no início dos anos 1990, período no qual a doxa econômica e política indicava que os aparelhos estatais deveriam ser “enxugados”, mormente o que na época se intitulava de “setor produtivo estatal”, considerado justamente como improdutivo. O diagnóstico era praticamente consensual, restando a dificuldade de como implementá-lo. Nossos atores apontaram o caminho mais geral e ajudaram a desbastar o terreno para realizar tal proeza, fornecendo as ferramentas financeiras e jurídicas que o viabilizaram. Daí vieram os aplausos: o reconhecimento de suas competências no largo espectro da sociedade embebido pela doxa internacionalmente dominante. Mais do que isso, de uma superioridade moral e cultural que

2. O “tamanho” dessa parte é um ponto a ser elucidado. Vimos aparecer na imprensa algumas menções a esse papel temerário dos bancos de investimentos no Brasil, de alguma forma mimetizando o comportamento da imprensa dos países centrais. Posteriormente, essa culpabilização desaparece do debate público brasileiro, enquanto permanece e mesmo se intensifica naqueles outros países. Ver <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,brasil-esta-entre-os-mais-expostos-aos-fundos-de-madoff,295585,0.htm>>; <<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2009/02/09/fraude-de-madoff-enganou-mais-de-20-brasileiros/>>; Grün, 2010.

3. Ver <<http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=4&-codPagina=10622>>; Peña, 2005; Senado Federal, 2005; Grün, 2008a).

4. Na visão dos banqueiros tradicionais, o papel central dos bancos é o de descontar títulos provenientes de operações de crédito para aumentar a circulação de moeda e, consequentemente, acelerar o desenvolvimento econômico, possibilitando e agilizando o encontro entre os investidores possuidores de liquidez e os empresários e consumidores que necessitam antecipar suas operações. Essa ideologia “tradicional” aparece nas memórias dos banqueiros do passado e em algumas manifestações da Febraban (ver Vidigal, 1981; Troster, 2004).

lhes dava o direito de opinar sobre os mais diversos assuntos. Isso sem falar que esse reconhecimento tornava legítima a ascensão dos indivíduos desse grupo rumo à vanguarda financeira na condição de técnicos regidamente pagos e, não poucas vezes, até como proprietários dessas novas organizações, em especial os fundos de investimentos independentes, que alteraram a paisagem econômica brasileira. Em suma, líderes não só na atividade econômica, que eles redefiniam³ como sendo centrada no mercado de ferramentas financeiras, mas também em diversas outras esferas, nas quais suas extrapolações economicistas eram ajuizadas como o suprasumo da racionalidade humana (Dávila, 2004).

Endeusados por uns, satanizados por outros... o novo elemento da paisagem social, em especial de nossas elites, foi apreendido essencialmente em sua dimensão moral. Rapidamente o espectro político dividiu-se entre aqueles que achavam favorável a evolução e aceitavam os novos elementos e os que repudiavam essa nova nobreza. É impossível imaginar que a sociedade como um todo produzisse um resultado diferente diante dos atores que mudaram irreversivelmente a paisagem econômica nacional. Podemos mesmo entender a série de escândalos deflagrada a partir do “mensalão”, com a acolhida controversa dos novos atores: conforme observamos nas sessões agitadas do Congresso Nacional de setembro de 2005, durante a CPI dos Correios, esses indivíduos fizeram nossos representantes políticos se dividirem ao meio, sem que fosse praticamente possível nenhuma posição intermediária. Os relatos daquele momento mostram a oposição praticamente absoluta: heróis do capitalismo e do desenvolvimento para uns; para outros, os vilões que exemplificariam o pior da exploração do homem pelo homem⁴.

A apreensão “a quente” era explicável e incontornável, já que estávamos diante da própria definição do que tinha sido a realidade econômica do passado então recente e a versão que prevalecesse faria também preponderar a família política que a sustentava. Afinal, cientistas sociais são pessoas interessadas em política e dificilmente poderíamos abstrair ou controlar totalmente nossa imersão no espaço político do tempo no qual vivemos. Mas esse período de contenciosos levados à agudeza máxima pode ter trazido no seu halo sérias limitações para o desenvolvimento da acuidade científica e intelectual necessárias para dar conta objetivamente da novidade cuja importância dificilmente pode ser escamoteável. Os novos entrantes na alta burguesia acumulavam trunfos na esfera econômica, como seria suposto, mas também na cultural, tornando-se mais do que ricos, respeitados por suas qualidades intelectuais e mesmo, num determinado espectro, também pelas qualidades típicas da esfera cívica. Destacavam-se⁴ pelas formas que teriam encontrado para vencer a resistência dos diversos atores “corporativistas” que tentavam impedir as privatizações e, consequentemente, a necessária reconfiguração do Estado e, a partir daí o progresso do país como um todo.

O grande teatro no qual o processo transcorreu foi justamente o da privatização das empresas estatais. Em torno de sua interpretação, construiu-se um espaço simbólico que uns chamam de “neoliberalismo” ou de “financeirização”, outros, em geral nossos novos burgueses e intelectuais – oponentes dos primeiros tanto na academia quanto no tabuleiro político –, falam simplesmente na imposição da “racionalidade econômica”, a qual deveria prevalecer caso almejássemos um país mais próximo do “Primeiro Mundo” (Oliveira, 2002).

No Brasil, como em diversos países, essa transformação da paisagem social é interessante como exemplo e importante pela centralidade fática que adquiriu nas cenas econômica e política da contemporaneidade. Do lado da “racionalidade econômica” estão os banqueiros de investimentos e seus apoios políticos, acadêmicos e midiáticos. Do outro, situam-se os dirigentes dos fundos de pensão das empresas estatais e seus apoiadores nas esferas culturais. Na análise desses últimos, precisamos levar em conta todas as gradações necessárias para avaliar os posicionamentos de grupos deslegitimados no campo do poder e que por isso pouco se expressam e, quando o fazem, muitas vezes dizem apenas o que imaginam ser necessário para conquistar o reconhecimento dos primeiros e da sociedade em geral. Os primeiros são os iniciadores do subespaço das finanças acima mencionado, criado praticamente no período FHC; os últimos também são relativamente recentes, datando dos anos 1970, quando foram concebidos no Brasil os primeiros fundos de pensão.

Acompanhei as vicissitudes dos últimos numa pesquisa realizada no período FHC (Grün, 2003). Maria A. Chaves Jardim (2007) recuperou o mesmo grupo já atuando no primeiro governo Lula. Na primeira pesquisa, encontramos um grupo em busca de legitimação e tentando ser identificado com os profissionais do mercado financeiro, especialmente com os novos banqueiros de investimentos, os quais, naquele final dos anos 1990, já davam sinais claros de que poderiam ser considerados como a vanguarda do sistema financeiro (Grün, 2007a).

Nossa amostra mantinha um relacionamento complexo com a vanguarda. De um lado, a evidente admiração pela desenvoltura técnica que aqueles agentes demonstravam no manejo dos instrumentos financeiros que operacionalizaram a privatização e demais grandes operações financeiras do período FHC. No outro plano, a desenvoltura social demonstrada nas diversas situações de interação mundana – almoços de negócios, jantares festivos, seminários de investimentos – quando o traquejo social dos jovens banqueiros e de seus auxiliares diretos era exibido e reverenciado e, portanto, transformado em capital simbólico. Nesse sentido, era forte a tentativa dos dirigentes dos fundos de pensão em se mostrarem como quadros técnicos capazes de compreender e mesmo de executar as então novas

e complexas operações de engenharia econômica e jurídica que notabilizaram o período, bem como algumas tentativas de isomorfismo no âmbito do comportamento em geral e na esfera do consumo em particular.

As armas dos (parcialmente) oprimidos

Em outra esfera, os dirigentes dos fundos de pensão agiam coletivamente por intermédio da Associação Brasileira de Fundos de Pensão (Abrapp), que produzia material de divulgação e desenvolviam um intenso trabalho de formação profissional. A partir desse espaço, lutavam para afirmar e manter a sua individuação de gestores de um tipo específico de poupança irredutível às formas que seus concorrentes mostravam maestria no comando e, portanto, a irredutibilidade de seu papel na paisagem financeira. Os pecúlios que devem reverter para os cotistas dos planos de fundos de pensão e seus dependentes devem ser geridos a partir de perspectivas temporais de amplitude bem mais longa do que aquelas que os financistas se ocupam normalmente. Daí ser necessário configurar hipóteses de risco e os consequentes investimentos a serem desenhados ou escolhidos, distintos dos habituais, que são os praticados pelos financistas ditos “de mercado”. E tanto isso era considerado óbvio, que essa especialização gerou a configuração de uma disciplina com formação universitária específica: a atuária, a configurar-se na confluência entre a estatística, a demografia, a economia e a contabilidade. Prioritariamente, a atuária deve preparar quadros para trabalhar nos fundos de pensão e para as companhias de seguros, que também precisam desenhar e gerir produtos financeiros com horizontes temporais longínquos e em torno dos quais as hipóteses habituais para a avaliação do risco e retorno, que formam o essencial da competência profissional dos financistas do mercado, perdem validade como se pode depreender das descrições profissionais detalhadas em diferentes endereços⁵.

Mas também no quesito da especificidade, os dirigentes dos fundos de pensão foram constantemente questionados por ações e decisões que emanavam do governo federal, que, em última instância, poderia ser considerado como “patrão” dos diretores dos fundos de pensão, já que as empresas mantenedoras dos fundos eram estatais. Ao flexionar a polissemia construída na interpretação “oficial” da história brasileira, os dirigentes dos fundos de pensão eram constantemente questionados em sua tecnicidade profissional e taxados de defensores de interesses “corporativos”. Nessa narrativa, predominante no período, eles eram considerados nada mais do que os continuadores dos execrados Institutos de Aposentadoria e Pensões do período pré-1964, em suma, os herdeiros do estigmatizado mundo do trabalhismo varguista e assim, eles mesmos atingidos pela auréola de descrédito, como fica claro em notícia veiculada então pela *Folha de S. Paulo*⁶. Nesse quadro, qualquer dúvida

5. Ver <<http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/administracao-negocios/ciencias-atuarias-684530.shtml>>; <<http://www.fea.usp.br/conteudo.php?i=188>>.

6. Ver <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2104200117.htm>>; Cruz, 2001.

quanto à justeza e adequação do processo de privatização era denegada e, ainda que as escutássemos em privado, nossos informantes jamais permitiriam que elas chegassem à esfera pública, já que “sabiam” que essa ambivalência fulminaria suas pretensões de serem reconhecidos como atores “modernos”⁷.

Um ponto interessante é que o grupo tentava – e aqui, por causa da precisão que ela traz, permito-me usar anacronicamente uma linguagem que se tornou mais comum posteriormente – fazer prevalecer uma “narrativa concorrente generalizante que positivava sua posição”. Diziam-se a vanguarda brasileira do *shareholder power*, a chamada “revolução dos acionistas”, tema então muito em voga nas publicações econômicas e mesmo do grande público nos países do Primeiro Mundo, em particular dos Estados Unidos (Fligstein, 1990; Useem, 1996; 1993; Fligstein & Friedland, 1995; Grün, 2008a).

Em princípio, se fosse possível que o processo social seguisse apenas uma lógica intrinsecamente intelectual, tais considerações poderiam construir um sólido argumento em favor da importância, da contemporaneidade e mesmo da essencialidade do grupo dos dirigentes de fundos de pensão na governança econômica e política das sociedades capitalistas complexas contemporâneas. Um posicionamento público do dirigente de um dos fundos de pensão mais importantes daquele período mostra bem essa argumentação⁸.

Em torno da “revolução dos acionistas”, perfilava-se um conjunto de ideias, no âmbito das quais se situava a chamada “boa governança corporativa” como o conjunto de prescrições necessárias para tornar o mercado acionário brasileiro tão eficiente quanto o propalado paradigma norte-americano. Nossos fundos de pensão se fizeram a vanguarda dessa tendência (Waksman, 1997; Drucker, 1976; Useem, 1993; 1996; Grün, 2005). E, de maneira paradoxal, se nos ativermos apenas ao mundo (que aqui podemos, e devemos, considerar abstrato) dos discursos reputados legítimos na contemporaneidade, tal reivindicação, embora cabível em termos estritamente culturais e econômicos, não encontrava qualquer guarida na academia ou na imprensa brasileira que legitimasse – ou não – a ação dos agentes econômicos e do governo⁹.

As armas dos “oprimidos” não são efetivas

Mais uma vez anacronicamente, poderíamos dizer que a negativa do reconhecimento da importância dos fundos de pensão por parte da imprensa da época já era uma expressão precoce da entidade “PiG”, que posteriormente foi construída (ou percebida) no debate político que caracteriza o período Lula e o imediatamente posterior (Grün, 2014). Na época, ouvíamos muitas queixas dos integrantes dos fundos quan-

7. Antonio José Pedroso Neto (2005) propõe uma análise circunstanciada da imposição dessa doxa sobre um grupo de dirigentes de uma empresa estatal paulista e a dificuldade de qualquer reação contra o pensamento então dominante. Em momento anterior, já havia registrado um “janismo disfarçado” de gerentes de banco e de recursos humanos de formação autodidata, durante a campanha para a Prefeitura da cidade de São Paulo, em 1985. Tal predileção política era considerada atrasada e fornecia verossimilhança a uma estigmatização profissional que ocorria no espaço empresarial, justamente num momento de grandes transformações em que se instalava a primeira onda de tecnologia de contabilização “on-line” naquele ramo de atividade (Grün, 1992).

8. Aliás, ponto ao mesmo tempo obscuro e saliente da conjuntura daquele momento é a quase inexistência de posicionamentos dos dirigentes dos fundos de pensão sobre quaisquer dos diferendos que então dividiam a esfera pública do Brasil, justamente ao contrário do que nos acostumamos a ver nos anos dos governos federais petistas. Esse misto

de censura, censura-prévia e autocensura é, nele mesmo, um indicador precioso das hierarquias cultural, econômica e política então prevalentes e pode ser um bom ponto de entrada para outros desenvolvimentos dessa análise. Ver <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/11/09/dinheiro/3.html>>; Waksman (1997).

9. E começa a se insinuar a ideia de que capital cultural não é sinônimo de sabedoria. Estamos acostumados a essa precisão quando falamos de conhecimentos ancestrais ou populares. Mas aqui, falamos de estoques culturais específicos da atualidade econômica internacional, os quais, quando exibidos por atores considerados ilegítimos, foram sumariamente ignorados no período.

to à incompreensão, especialmente da imprensa, mas também dos políticos, do que eles julgavam ser as suas razões e realizações.

Uma característica importante do período é que os dirigentes de fundos de pensão tentavam sistematicamente alterar essa situação através da contratação de assessores de imprensa profissionais, cujos portfólios indicavam que eram reputados e bem-sucedidos em empreitadas de outros ramos. Ao manter a suposição de que aplicavam o máximo de sua competência profissional na tentativa de fazer a imprensa e a opinião pública ouvir e entender as razões dos fundos de pensão, concluiríamos que a barreira separando essas entidades das boas graças da “opinião pública” era cultural, portanto maior e mais complexa do que a simples constatação de que o governo da época estava “vendido ao capital financeiro”, ou que nossos atores “não sabiam vender o seu peixe”. E a magnificar essa constatação, é sempre bom lembrar que a ideia de “governança corporativa” se consagrou nacional e internacionalmente como a principal armadura ideológica do campo financeiro e, mesmo posteriormente, a contribuição dos dirigentes e integrantes dos fundos de pensão para a sua aclimação e difusão no Brasil contemporâneo praticamente não foi lembrada.

A não legitimação do grupo tinha uma consequência direta na esfera econômica. Esse caso mostra como é impossível dissociar as duas ordens da realidade. Ela tornava “natural” que os fundos de pensão se tornassem atores ao mesmo tempo obrigados e passivos nos processos de privatização e de gestão das empresas recém-privatizadas. E isso mesmo se eles se constituíssem em seus maiores provedores de capital e que as privatizações contrariassem diretamente os interesses profissionais de seus cotistas, como mostra desabridamente a entrevista de Solange Paiva acima referida e acessível. O discernimento social, o talento econômico dos seus dirigentes não eram reconhecidos, suas boas intenções eram postas em dúvida aprioristicamente e o somatório desses despreços os desqualificava para a formulação de decisões de investimento, para a gestão ou mesmo a simples supervisão das novas empresas. Isso sem falar na complexa questão ética da participação central no financiamento do desmonte do mundo das empresas estatais das quais os gestores e cotistas dos fundos não só eram originários como ainda tinham percorrido o essencial de suas trajetórias profissionais (Pedroso Neto, 2005). Tudo como se esse segmento de atores simplesmente não tivesse o direito a expor seus pontos de vista ou a defender os interesses do grupo do qual participavam e representavam, muito menos a disputar o uso das vultosas somas de capital envolvidas nas operações financeiras daquele momento e que, nominalmente, lhes pertencia. Num processo de concentração maciça de violência simbólica talvez inédito, já que o grupo no poder enfeixava não só o poder político, como também o econômico e o cultural, a própria identidade social do grupo dos trabalhadores das empresas estatais foi desvalorizada e depois negada

sem que lhes restasse nenhuma referência positiva (Grün, 2005b). Se, conforme diversas análises mais gerais do período, houve aprofundamento da democracia, esse fenômeno deve ser melhor qualificado, já que certamente passou longe do espaço empírico que estamos explorando nesse momento e não leva em conta o uso da violência simbólica na criação de assimetrias sociais.

Já nossos então jovens banqueiros de investimentos – esses rebentos mais inteligentes das boas famílias tradicionais ou aproximadas – gozavam da melhor reputação possível e, não por acaso, obtinham todos os galardões de introdutores de novidades fundamentais para o capitalismo brasileiro e também para as elites culturais e políticas. Em especial, estariam elaborando os instrumentos econômicos e jurídicos necessários para aliviar o peso do então chamado Estado-Leviatã. Os instrumentos poderiam ser rapidamente descritos como os fundos de participação privada, ou de *private equity* como são mais conhecidos, e seus correlatos e acessórios jurídicos e econômicos, que permitiam associações para propósitos específicos, em particular aquelas que viabilizaram a formação dos consórcios que participaram dos leilões de privatização. Diminuir o peso do Estado, em especial nas atividades ditas produtivas, era um dos principais objetivos do período que começa com Collor e atinge o seu ápice no primeiro dos governos FHC. Mas esse objetivo se manteve como desiderato abstrato até que nossos “heróis do capitalismo contemporâneo” desenvolvessem as ferramentas que o viabilizaram.

Quem controla a narrativa controla o jogo... e a economia

Na narrativa prevalecente, os jovens e brilhantes economistas e advogados que equiparam ao mesmo tempo o Estado e as empresas financeiras das quais eram consultores ou coproprietários com as tecnologias jurídicas e financeiras utilizadas na privatização foram considerados os artífices habilidosos de uma tarefa então equivalente à descoberta do Santo Graal. Afinal, a privatização traria a prosperidade que o Brasil sempre gozou potencialmente, mas que o Estado tradicional e seus burocratas, ardilosos na defesa dos seus próprios interesses corporativos, impediam de desenvolver. E nessa construção consagrada, os lucros econômicos advindos daquelas transações econômicas que alteraram drasticamente a relação entre o Estado e o setor privado da economia em favor deste último eram vistos como recompensa legítima da ação social e politicamente útil e inspirada¹⁰ tanto na esfera cultural como na social (Grün, 2004a; 2004b).

Ao retomar as narrativas montadas e confrontadas na época e aplicando a chave explicativa que estamos explorando agora, podemos indicar que os novos banqueiros eram considerados como o alto clero da economia e da política, enquanto os

10. Utilizo aqui o termo “inspirada” no senso estrito de uma ordem de legitimação, conforme proposto por Boltanski (1991).

gestores dos fundos de pensão parte do baixo clero. E, de fato, a pista da hierarquia cultural oferece um ponto de vista elucidativo: os banqueiros de investimentos, primeiros daquela ordem, davam a direção e a sociedade brasileira de então lhes atribuía o direito social de julgar se as intenções e ações dos dirigentes dos fundos de pensão, os segundos no padrão que lhes foi imposto, realmente caminhavam no bom sentido, ao mesmo tempo apontado e aferido pelos primeiros.

No contexto da hierarquia simbólica que prevaleceu naquele período, os segundos fundamentalmente lutavam por ganhar o reconhecimento dos primeiros. E, ainda que também tentassem com menor ênfase construir o seu nicho específico na esfera econômica do país, tinham esse caminho bloqueado na sociedade brasileira daquele momento. Concretamente, essa circunstância se configurava no panorama da época, no âmbito do qual, caracteristicamente, eram considerados “clientes passivos” das novidades financeiras e imobiliárias que diversos tipos de agentes econômicos lhes ofereciam.

Os eventuais lampejos de criatividade financeira ou os esforços do pessoal interno dos fundos para lapidar e tornar tais produtos financeiros realmente adequados ou acatáveis pelas organizações que lideravam não foram vistos como novidades, mas eram caracterizados como simples trabalho rotineiro, a nossa já conhecida “lição de casa”. E por fim, ao ensaiarem um voo inspirado em Georges Dumézil (1971), a aceitação social da narrativa então prevalecente ajuda-nos a corroborar o enraizamento na sociedade contemporânea desse esquema de pensamento que consagra a dominação financeira e, em especial, a faceta desse processo que foi instrumentalizada lucrativamente pela vanguarda financeira (Grün, 2007b).

O viés de percepção social se magnifica ao se considerar as possíveis consequências técnicas de os fundos de pensão encerrarem uma lógica de funcionamento particular advinda da necessidade de gerir pecúlios em prazos muito mais longos do que aqueles afeitos às finanças tradicionais (Grün, 2003). Mesmo assim, em mais um caso típico de explicação do funcionamento de um modo de dominação pela negativa da sociedade em reconhecer uma possível *montée en généralité* (Boltanski, 2009) da amplitude de julgamento e ação de um grupo subalterno, sua gestão era considerada apenas um caso particular contemplado pela competência geral dos novos financistas. Nessa situação, os possíveis motivos doutrinários que poderiam pôr em causa as considerações e soluções dos financistas não eram considerados e se perderam no oblívio social como poderíamos demonstrar, por exemplo, a partir da memória da governança corporativa. Dessa forma, nosso exemplo acabou então se constituindo num caso bem claro de exercício de hegemonia cultural do grupo dos “jovens banqueiros”, a vanguarda financeira que se configurou naquele momento.

E, mais do que isso, os problemas sociais, econômicos e ambientais causados pelas soluções preconizadas pelos banqueiros de investimentos para os problemas políticos e financeiros da época – sejam os do Estado, sejam os dos demais atores da cena econômica – eram “externalizadas” das problemáticas em julgamento. Tudo isso se passando como se a elegância das soluções “limpas” não simplesmente escondesse as sujeiras dos processos debaixo do tapete, mas realmente as fizesse evaporar, pelo menos na percepção possível da arena dos jogos sociais do período em que a dominação financeira talvez tenha atingido o seu auge na sociedade brasileira¹¹.

Milhares de profissionais tiveram suas carreiras abortadas, com prejuízo individual por certo (Alves, 2004; Neto, 2005). Mas também a sociedade foi subitamente privada dessas habilidades e assistiu à lenta mas constante decadência da prestação de serviços na área de energia, que se tornou mais cara e errática (Netto, 2003), antes dados como aquisição definitiva da sociedade e, na área de telecomunicações, a mudança da base telefônica fixa para a móvel foi realizada se consagrando como um feito econômico e organizacional, escondendo que foi efetivada através de um preço de tarifa dos mais altos do mundo, e sem que a cidadania se insurgisse¹². Dificilmente encontraríamos no Brasil contemporâneo um caso tão acabado de prestidigitação social. E, como sabemos, desde Marcel Mauss, a magia só é possível com a cumplicidade dos implicados (Grün, 2005a).

O Brasil não é mais o mesmo: divisão do trabalho cultural e dominação simbólica

O mundo muda a partir da ascensão dos governos petistas. Num padrão já esboçado no período anterior (Grün, 2003), mas fortemente reprimido, o principal ponto identitário dos gestores dos fundos de pensão passa a ser o de “domadores do capitalismo selvagem brasileiro”, que vai aparecer em toda a sua grandeza em Maria A. Chaves Jardim (2007). Na nova quadra política sob a hegemonia do Partido dos Trabalhadores, o grande esforço ao mesmo tempo cultural e político foi o de tentar etiquetar a modalidade de capitalismo que imperou no período imediatamente anterior de “capitalismo selvagem”¹³. E para superar essa caracterização, evidentemente negativa, a missão dos grandes atores institucionais – que são os fundos de pensão – passou a ser a de usar o seu peso enorme de provedores e centralizadores de capital para impor novas e melhores práticas sociais e ambientais aos capitalistas privados (Grün, 2005a; Sartore, 2010).

Na nova narrativa que começou a se insinuar, os dirigentes dos fundos de pensão deixavam de ser aqueles agentes econômicos subalternizados e deslegitimados do período anterior para se tornarem a interface virtuosa entre as esferas econômica e

11. Por exemplo, a quase impossibilidade de trabalhadores manuais encontrarem empregos regulares depois de uma certa idade “não era questão relevante” na discussão que eles impuseram a respeito da descontinuação da aposentadoria por tempo de serviço. Ver Grün (2005a).

12. ver <<http://www.valor.com.br/empresas/3295780/brasil-ainda-tem-tarifa-de-celular-mais-cara-do-mundo-diz-uit>>; Moreira (2013).

13. Até onde consegui perscrutar, a expressão “capitalismo selvagem” foi popularizada pela música do conjunto Titãs “Homem primata”, do disco *Cabeça de dinossauro*, de 1986 <<http://www.vagalume.com.br/titãs/homem-primata.html>> e consagrada no filme de mesmo nome, de André Klotzel, de 1993 <<http://www.youtube.com/watch?v=Zrx-Jc01cL3c>>. Inserir esses produtos e produtores culturais nas cronologias e hierarquias da sociedade brasileira contemporânea poderia se constituir em excelente projeto intelectual.

política que transformaria o capitalismo brasileiro na direção social e politicamente correta, aquela sufragada pelas urnas a partir de 2002. Uma cronologia rigorosa do sistema de ideias que estava tentando se contrapor ao preconizado pelos novos financistas encontraria um predecessor importante nas tentativas de instalar as câmaras setoriais e regionais nos anos 1980. Essas experiências, posteriormente quase esquecidas, tinham como base ideológica a mesma ideia de concertação econômica e social enquanto princípio de organização da vida econômica e social que seria contraposto e superior ao da organização espontânea da sociedade a partir dos mercados. Vários atores políticos e sindicais, que mais tarde vimos aparecer no enredo do “capitalismo domesticado”, apareceram antes – no período da curta administração Itamar Franco – como propulsores e apoiadores das câmaras setoriais e regionais, aproveitando o momento em que a primeira grande vaga do pensamento econômico, que mais tarde tornar-se-ia doxa, foi identificada com a corrupção política do também curto mandato de Fernando Collor. Tal deslegitimação política provavelmente aprovisionou o espaço político e cognitivo para dar possibilidade de efetivação àquelas tentativas de gestão econômica “heterodoxa”, distantes das prescrições internacionais do período. Por outro lado, o rápido desaparecimento dessas experiências no início do primeiro governo FHC corrobora a hipótese da falta de raízes dessa família ideológica no espírito da época (Zilbovicius, 1997).

A financeirização à brasileira

Um ponto interessante é a dinâmica criada na circularidade entre a crítica social e política à dominação financeira e a resposta do campo que lhe é dada. Um dos principais indícios dessa transformação do espaço social pode ser encontrado no retrabalho do instrumento financeiro “fundo de private equity” ocorrido no período. De instrumento por excelência do desvelamento da razão financeira e do predomínio econômico dos seus locutores mais decididos, ele se transforma em investimento com fortes preocupações sociais e ambientais, e mesmo como promotor da “boa governança corporativa” (Grün, 2009).

A transformação pode ser considerada tanto como manifestação brasileira contemporânea da extensão do campo do poder, conforme os desenvolvimentos de Pierre Bourdieu (1989), quanto absorção e instrumentação da crítica segundo a digressão de Luc Boltanski e Ève Chiapello (1999). Ao mesmo tempo podemos utilizá-la empiricamente como caso exemplar a ser esmiuçado tanto em seu significado para a construção social dos instrumentos financeiros contemporâneos como para a complexificação da vida política que se produz simultaneamente.

O jogo social no seio do qual a resignificação é empreendida está longe de terminar, mas o seu simples enunciado já demonstra, num microcosmo teórica e econo-

micamente significativo, a possibilidade de se inverter o caminho aparentemente inelutável do predomínio dos financistas, em seu sentido estrito, e de suas razões interessadas ou ideológicas. Através do exemplo da transformação dos fundos de participação privada nos governos petistas podemos então ver a plasticidade das formas de dominação financeira na sociedade brasileira contemporânea em que financistas *hardcore*, por exemplo, acabam se entendendo com os gestores de fundos de pensão próximos do sindicalismo petista. Esse fenômeno acontece sem que simplesmente os últimos se curvem aos primeiros.

Eis entre nós a especificação brasileira da magia social da produção dessa nova dominação ao mesmo tempo mais doce e mais espessa, já que ao mesmo tempo incorpora decididamente os antigos campeões da crítica social e torna menos controversos os novos instrumentos financeiros, mais aceitáveis pela população em geral. Vemos então que o Brasil contemporâneo apresenta com bastante nitidez uma faceta da financeirização menos evidenciada do que os traços gerais desvelados na análise da contemporaneidade dos países centrais, mas mesmo assim importante para entender essa configuração contemporânea (Grün, 2009; 2013a).

No quadro acima descrito, torna-se imperioso esmiuçar a relação entre o conceito ao mesmo tempo erudito e nativo de “racionalidade econômica” e nossa noção com pretensões especificamente analíticas de “capital cultural”. Qualquer que seja o conteúdo intrínseco que possamos atribuir à “racionalidade econômica” num determinado tempo e espaço ou mesmo se a considerarmos como uma substância imutável equivalente a uma identidade matemática, salta aos olhos, numa primeira aproximação fenomenológica, que nosso alto clero se atribui o direito de determinar o que é – e o que não é – racional na conduta da economia da nação, dos grupos e dos indivíduos que a compõem.

O decisivo é que a pretensão cognoscente encontra guarida entre os participantes dos tribunais ordinários da opinião pública – aqueles que se expressam publicamente em termos cotidianos, os jornalistas e os políticos de destaque. Normalmente o fazem acatando os pontos de vista do alto clero que se confunde com o “bom senso” ordinário na sociedade. Excepcionalmente se demarcando, mas de forma considerada imprópria de acordo com os usos e costumes vigentes entre as elites, através de reações “desproporcionais” que denotam o peso que eles mesmos atribuem à opinião contrária.

Quando uma reação é considerada “exagero”, ela dificilmente consegue ser acatada. Como mostra a literatura histórica e sociológica sobre o chamado “baixo clero”, ela é facilmente estigmatizada como expressão de ressentimento social e desqualificada como expressão de problemas pessoais de quem as formula, desviando a

atenção das razões propriamente intelectuais ou políticas que a crítica possa conter. A desproporção entre ação socialmente legítima e reação “ressentida” se aguça durante o transcurso de escândalos políticos, que são justamente os momentos em que os ânimos se exaltam, o autocontrole relaxa e os *habitus* falam de maneira desimpedida. E assim, indiretamente, a reação exacerbada às críticas baseadas na doxa acaba deslegitimando as suas próprias razões, reiterando assim a justeza da “racionalidade econômica” e, de forma corolária, da hierarquia cultural que a impõe (Scheler & Frings, 1994; Boltanski, 2012; Maler, 2012; Darnton, 1982; 2010, Pelleport & Darnton, 2010).

Das relações complexas e não intuitivas entre capital cultural e conhecimento

O nosso exemplo deixa claro que a posse de capital cultural é uma assimetria que nem sempre tem relação direta com a fruição ou a utilização direta de algum conhecimento específico, e sim com o reconhecimento social dessa maestria. Tanto os diversos desenvolvimentos das ferramentas financeiras realizados pelos dirigentes dos fundos de pensão no período Fernando Henrique Cardoso como a recente recontextualização dos fundos de *private equity* são registrados socialmente como exemplos da maestria da nova elite financeira. Dessa maneira, a digressão continua a partir da evidência de que o capital cultural não age isoladamente na sociedade, mas antes deve ser “catalisado” por doses equivalentes de capital social e simbólico de maneira geral.

Num primeiro plano, a digressão leva-nos, portanto, a abandonar qualquer essencialidade cultural para dar sentido social à oposição entre alto clero e baixo clero. Nessa faceta, a razão escolástica prega-nos uma peça específica: podemos evidentemente pensar numa apreensão conceitual em que os conceitos ganham marcos e delimitações precisas, os quais, aparentemente, irão assegurar o pesquisador sobre a correção de sua análise, proporcionando-lhe aquele sabor muito conhecido e apreciado no espaço escolar, da lição de casa bem-feita. Mas o cultivo dessa “certeza” formal esconde a realidade da armadilha escolástica (Bourdieu, 1997).

As formas consagradas do fazer intelectual impõem o caminho escolástico. Mas ele faz desaparecer a possibilidade mesma da apreensão substantiva do objeto. Por isso, talvez, seja uma das principais prestidigitações sociais que mantém a obscuridade necessária para que a hierarquia social que estamos examinando se imponha e continue se mantendo. A apreensão objetiva dessa hierarquia nos é essencialmente difícil porque é ela que, prioritariamente, ordena o nosso próprio mundo intelectual, no qual se forma e se flexiona a própria identidade dos cientistas sociais.

Teremos, portanto, sempre algum interesse direto e até mesmo – somos obrigados a registrá-lo – a libido que se produz e dinamiza o espaço cultural da sociedade nos impele, descontroladamente, a fazer passar uma determinada visão da hierarquia que nos favoreça diante dos nossos concorrentes individuais ou diante das outras famílias da comunidade acadêmica ou cultural. E talvez o único antídoto consequente a essa tentação seja justamente o de reconhecer o perigo e explicitá-lo. Trata-se aqui de convocar não só a própria autocrítica como também de provocar a análise crítica dos concorrentes que, ainda que ela mesma seja necessariamente viesada, também deve expressar pontos que escapam ao analista inicial e assim contribuiriam para manter um mínimo de objetivação científica num terreno empírico especialmente escorregadio.

Os “conceitos” de alto e baixo clero de que estamos falando são nativos e sempre é bom lembrar essa singularidade. Entretanto, estamos falando de conceitos nativos que estão sendo operados por locutores e auditores acostumados com a discussão do erudito, do explicitamente conceitual, daqueles acostumados a etiquetar “os outros” de nativos e a se reservar o monopólio da apreensão científica da realidade implicitamente objetiva e isenta em suma, da “verdade”. Nada mais “natural”, portanto, que a polissemia sempre presente nas apreensões cotidianas de terminologias provenientes de subuniversos especializados seja aqui flexionada a partir das possibilidades discursivas propiciadas pela reflexão propriamente intelectual. Afinal, esse subespaço social confere eficiência máxima às flexões semânticas produzidas a partir da referência a autores e a obras consagradas.

E dessa singularidade conceitual abre-se uma discussão metodológica sobre o uso nativo das categorias eruditas pelos eruditos enquanto nativos, das relações entre os dois níveis de discursos e da realidade social construída a partir das categorias de percepção que nascem desse jogo complexo. E mesmo se numa primeira impressão o jogo de palavras parece um mero floreio estético de gosto duvidoso, é difícil deixar de constatar que é através dele que se produz a prestidigitação social que consagra e reitera o sistema classificatório que transforma as categorias eruditas em linguajar nativo. Primeiramente nativo na tribo dos eruditos, mas... sem que nos dêsemos conta, seguindo o exemplo dos gregos invadidos pelos romanos, essa tribo aparentemente pacífica e sem oportunidades no “mundo real” invadiu as demais tribos e impôs a hegemonia de seu sistema classificatório. E eis que as hierarquias de fundo cultural reinam no próprio país do “capitalismo selvagem”.

Num nível mais raso de concretude, cabe recuperar as reflexões de Ian Hacking (1999) sobre os usos sociais da ideia de construção social das questões de sociedade e, principalmente, de seus limites. Dizer que um entendimento ou uma categoria são “socialmente construídos” significa implicitamente que são reversíveis e que

aqueles que são subjugados a partir de algum desses argumentos pode lutar contra o arrazoado com alguma possibilidade de reverter sua situação negativa. Evidentemente, tal pretensão se opõe à ideia de que o entendimento em questão expresse simplesmente uma constatação natural e, portanto, inelutável.

Como bom filósofo analítico, Ian Hacking (1999) esclarece como se forma o conceito, suas flexões e os usos que pode ter. Mas como e quando? Em especial quando falamos de situações nas quais a sociedade concede ao classificador o direito de nomear a condição de seus oponentes e, implicitamente, a superioridade de sua posição sobre a oposta. No mundo cotidiano esse é, evidentemente, um privilégio totalmente pacificado e respeitado do alto clero. Mas, às vezes, essa condição não está presente. É justamente o caso de momentos de revolução simbólica, como durante alguns momentos da formação dos Estados nacionais no século XIX examinados por Benedict Anderson (2006), nos quais os pequenos intelectuais identificados com o nosso clero acabam inscrevendo sua marca nas nações em constituição, ou os surtos milenaristas estudados por Norman Cohn (1970). Este último autor, de alguma forma, efetua uma generalização da análise do poder simbólico complexo e paradoxal dos profetas e dos magos de Israel na Antiguidade focado pela sociologia da religião de Weber (Cohn, 1970; Weber, 1993). Nesse período, os pequenos intelectuais revoltados, tanto na esfera política como na cultural ou na religiosa, deixam de ser simples curiosidades de época e se tornam capazes de se fazer ouvir e de mudar as referências de que a sociedade se serve para construir e dar conta da realidade (Bourdieu, 2012; 2013).

Nossos tempos de ebulição política seriam suficientemente assemelhados aos dos surtos milenaristas para que possamos utilizar analogicamente os esquemas de Benedict Anderson e de Norman Cohn? Em alguma medida sim, e essa pretensão me parece legítima quando nos debruçamos sobre os embates ao mesmo tempo econômicos, políticos e culturais que foram se ampliando durante os governos petistas. Esse empoderamento do baixo clero¹⁴ ficou claro em especial depois da eclosão do “mensalão” e foi significativamente ampliado na gestão dita “heterodoxa” da crise financeira internacional que começou em 2008 (Grün, 2010; 2011b; 2013b). Assistimos, pois, ao jogo social em torno do “capitalismo domesticado” e diversas ressignificações de ferramentas financeiras ocorridas nos últimos anos a demonstrarem a pertinência da analogia (Grün, 2005a; 2009; Jardim, 2007). Mas qual a extensão social e semântica deste jogo?

14. Ainda que talvez a manifestação mais expressiva desse novo poder cultural foi a consagração do sistema de cotas universitárias que foi progressivamente minando a resistência exasperada das elites culturais e políticas tradicionais até o “trânsito em julgado” no Supremo Tribunal Federal, como mostraram as manifestações dos partidos políticos tradicionais, da Associação Brasileira de Ciência e dos altos colegiados das universidades estaduais paulistas. Foi uma iniciativa evidente do grupo político petista, que investiu contra um dos pilares centrais da ideologia meritocrática então vigente mas, não por acaso, não foi registrado como ato político nem como manifestação da força do novo grupo no campo do poder.

Conclusão:

quais os limites dos jogos sociais
que desafiam a doxa internacional?

Algumas das redefinições pontuais apontadas acima mostram a plasticidade contraintuitiva do jogo social que constitui a dominação financeira na sociedade brasileira. Mas, e quanto aos seus arrazoados centrais? Em especial aquele que enuncia a soberania ontológica da racionalidade econômica e o necessário avassalamento de todas as demais razões ou necessidades? Constatamos que nossa “racionalidade econômica” se impõe em momentos de contração e, de forma corolária, essa lógica dos jogos culturais impõe aos grupos conservadores a necessidade de deflagrar a escandalização permanente. E – corolário do corolário – a viabilidade de políticas econômicas e sociais que ultrajam a doxa depende justamente de se superar os constrangimentos advindos dos escândalos¹⁵. Não só a impugnação direta das carreiras políticas daqueles que carregam as transformações, que os escândalos colocam em causa diretamente, mas também, e principalmente, os enquadramentos e as pautas carregados pela antropologia filosófica pessimista.

Nos últimos anos, observamos uma forma de lidar com esse constrangimento que foi se aprofundando, uma vez adotado o caminho inicial. A ortodoxia econômica, identificada com a racionalidade, não é confrontada diretamente, mas “flanqueada” pela tentativa de estabelecer outro princípio de inteligibilidade – e, simultaneamente, de legitimidade política e discursiva – para os atos governamentais, sejam os econômicos, sejam os de outra natureza, com destaque aqueles considerados gastos sociais.

Em termos internacionais, a crise financeira que se abateu sobre o mundo no final da primeira década do século XXI fornece ao mesmo tempo um espaço de verificação para as macrossuposições que poderíamos formular a respeito do atavismo da ideia de que em tempos difíceis a única conduta adequada é a de apertar os cintos. Ideia sensata para a administração de uma unidade doméstica, ela parece natural e assim é facilmente estendida para a conduta das políticas governamentais. Também pudera, a análise dos arquétipos culturais das formas de governo mostra como elas estão ancoradas na extensão da administração da vida familiar (Lakoff, 1996). E, além disso, a analogia família-governo ainda se complementa com a antropologia filosófica negativa que se deflagra a partir da ideia de que a crise econômica é um sinal de desordem cósmica, uma punição divina pela ultrapassagem irresponsável dos limites naturais ou morais. Como podemos depreender da análise de Francine Muel-Dreyfus a propósito da regressão do estatuto feminino durante o regime de Vichy, as oscilações da moralidade pública em períodos vistos como decadentes tornam fácil impor o entendimento de que algo não vai bem com a humanidade. Portanto que as

15. Faço aproximações sucessivas rumo a uma sociologia sistemática dos escândalos adequada à especificidade brasileira em Grün (2008a; 2011; 2014).

desgraças do presente são o resultado funesto da quebra do equilíbrio natural e que, por isso, são necessários drásticos atos de contrição para restaurar esse equilíbrio, doa a quem doer (Muel-Dreyfus, 1996). Uma vez instaurado um quadro cognitivo com esse assinalamento, a conduta que popularmente chamamos de “keynesiana” – ampliar os gastos governamentais, tipicamente através da execução de obras de infraestrutura logística ou social que também pretendem aumentar o nível de emprego, e fornecer liquidez para aliviar as dificuldades dos agentes privados durante as crises – atenta contra o senso comum e por isso é decididamente contraintuitiva.

Como e quando essa conduta “uphill” pode ser acionada? A lógica acaciana nos ensina: “quando a doxa já estiver previamente abalada...”. Mas nos deixa em aberto o problema operacional: como perceber esse abalo? Problema não trivial, já que normalmente a crença erudita tem sempre a inércia a seu favor, que a faz parecer sólida mesmo quando começa a se desfazer. Permitindo-me uma analogia visual, podemos dizer que as trincas na estrutura simbólica normalmente estão envoltas por muita poeira, que se acumula no decorrer do tempo como resultado dos investimentos culturais da população como um todo no sentido de se fazer reconhecer pelo alto clero vigente, mas também, e talvez principalmente, diante dos próprios indivíduos, já que esse capital cultural é normalmente a fonte essencial de autoestima e de reconhecimento social. Em termos mais teóricos, o reconhecimento pelo dominado da legitimidade da forma de construção da hierarquia é a principal fonte de robustez e de resiliência da dominação.

A sociologia política dos anos de governo petista no Brasil recente mostra que os abalos da doxa aparecem em diversos pontos, mas não se forma necessariamente um mosaico coerente e discernível pela sociedade e, talvez, nem mesmo para seus protagonistas. Mas, ainda que a coerência não se exponha, pode-se testar a hipótese que um abalo é condição necessária para o próximo. As políticas sociais ativas, tidas e havidas como contrassensos no período anterior, foram ganhando progressivamente cidadania, bem como os aumentos progressivos do salário-mínimo e as alterações no sentido social da ideia de meritocracia através da implantação cada vez mais amplificada e estendida dos sistemas de cotas raciais e sociais nas posições disponibilizadas pelo setor público da sociedade. Além dos efeitos específicos de cada uma dessas políticas, a continuidade entre elas e o seu aprofundamento denotam a instalação de um novo enquadramento para julgar a justiça e as funções do bom governo na sociedade brasileira contemporânea. E os efeitos da concorrência política, que levam os partidos em oposição ao Partido dos Trabalhadores a adotarem políticas sociais análogas nas administrações locais e regionais sob sua responsabilidade aprofundam a mudança de enquadramento. O que era “política partidária populista” está se tornando “progresso civilizatório”, percorrendo um caminho rumo à marca da irreversibilidade¹⁶.

16. E dessa digressão se impõe a pergunta sobre a possível extensão desse novo princípio de justiça para o setor privado da economia. Será possível o convívio permanente entre os dois princípios de meritocracia? O setor privado tenderá a acatar as novidades? Poderá manter indefinidamente a divergência? Façam seu jogo, senhores e senhoras...

Mas esse “bom governo” altera o sentido geral que se dá à “racionalidade econômica”? A “racionalidade econômica” continua sendo a “condição de contorno” que permite – ou não – as “liberalidades” dos governos petistas e o “bom governo” em particular? Concede a outros atores – em especial ao nosso “baixo clero” – o direito de julgar o que é racional e o que deve ser descartado por não preencher esse critério?

A questão pode parecer “teórica”, mas é largamente sobredeterminada pelos investimentos prévios em legitimidade de uns e outros. Por mais intensos que tenham sido os deslocamentos semânticos que analisamos, bem como o reconhecimento social dos novos entrantes no campo do poder, resta que a inércia social e semântica continua a beneficiar nosso alto clero. Ele e os setores do espaço cultural e político que nele gravitam encontram na escandalização permanente a forma de manter o grupo desafiante na defensiva, obrigando-se a justificar seus atos de maneira a conceder primazia à “racionalidade econômica”. A escandalização aciona a antropologia filosófica negativa, a qual, por sua vez, permite enquadrar as novidades sociais e culturais como aberrações produtoras de desequilíbrios, mesmo se bem-intencionadas (Grün, 2006). Dessa forma, os novos grupos ficam intimidados pela marca do provisório e da necessidade permanente de provarem a correção de suas propostas. Mas, uma vez mais, a não homologia completa entre o espaço cultural e o espaço político produz uma brecha nesse esquema. A concorrência política, que obriga os profissionais da política de todas as tendências a adotarem versões mais ou menos diferenciadas dos mesmos programas, contribui para a sua institucionalização na sociedade rubricando-os como “progressos civilizatórios” e o uso recente dessa expressão também é, nele mesmo, um sinal dos novos tempos.

A observação da cena internacional, contudo, assim como a teoria e a empiria sobre a dominação cultural nos fazem crer que é difícil dar coerência ao novo mosaico que se tenta formar a partir das transgressões da doxa. As vitórias parciais se multiplicaram no Brasil dos últimos anos, mas o mundo “lá fora” continua o mesmo, a desafiar os transgressores e a encorajar os “dóxicos”. Na verdade, mantendo a doxa viva, mesmo na consciência dos que a contestam na prática. Coalizões políticas e culturais são instrumentos para aliviar o peso da doxa, mas a inércia não mudou de lado. Em suma, não se produz a *montée en généralité* que faz virar a inclinação do jogo social, que muda o sentido do jogo, que inverte as posições, fazendo que aqueles que se colocam na posição de ter de subir a montanha passem a ter a facilidade de ter a gravidade do seu lado, de jogar de cima para baixo.

Abstract: The financial realm is normally seen as the perfect reasonable world. There we just have practical concerns. This article aims to show how that kind of “automatic” assumption is problematic, because finance too is based on a set of cultural foundations. Changing these foundations, we

can see and explore a new set of actions and thoughts about economics and the economy. From that perspective we can talk about a new “type of domination” for the situation seen in Brazil’s Lula’s time. The materials for my hypothesis came just from the transformations in Brazilian financial realm in that times and my attempt to prove the assumption show some nuances of the classificatory systems that sustain this new order. Particularly, the “high clergy/low clergy and homework” way of talk about Brazilian cultural and social hierarchies.

Keywords: cultural wars, high/low clergy and homework, pension funds, Plotting Press Party (Partido da imprensa Golpista – PiG), perk monthly instalment (“mensalão”).

Referências

ALVES, A. F. *Privatização, mudança organizacional e novas relações de trabalho: o caso do setor de energia elétrica*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

ANDERSON, B. R. O. G. *Imagined communities : reflections on the origin and spread of nationalism*. London: New York , Verso, 2006.

BOLTANSKI, L. *Énigmes et complots: Une enquête à propos d’enquêtes*. Paris: Gallimard, 2012.

———. *De la critique: précis de sociologie de l’émancipation*. Paris: Gallimard, 2009.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

———. *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard 1991.

BOURDIEU, J.; HEILBRON, J., REYNAUD B. Les structures sociales de la finance. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 146-147, 2003.

BOURDIEU, P. *Manet: une révolution symbolique*. Paris: Raisons d’Agir; Éditions du Seuil, 2013.

———. *Sur l’État: cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Raisons d’Agir; Éditions du Seuil, 2012.

———. *Méditations pascaliennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

———. La domination masculine. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 84, n. 1, p. 2-31. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

———. *La noblesse d’État : grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit: 1989.

CHARTIER, R. Espace social et imaginaire social: les intellectuels frustrés au XVII^{ème} siècle. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 37, n. 2, p. 389-400, 1982.

COHN, N. *The pursuit of the millennium: revolutionary millenarians and mystical anarchists of the Middle Ages*. "Paul Avrich Collection" (Library of Congress). New York: Oxford University Press, 1970.

CRUZ, V. Secretária quer despolitização de fundos: Solange Paiva Vieira, da SPC, diz que trabalha para acabar com ingerência política nos fundos de pensão. *Folha de S. Paulo*, 21.04.2001.

DARNTON, R. *The devil in the holy water or the art of slander from Louis XIV to Napoleon*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.

———. *Bohème littéraire et révolution: le monde des livres au XVIII^{ème} siècle*. Paris: Gallimard; Éditions du Seuil, 1983.

———. *The literary underground of the Old Regime*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1982.

DÁVILA, S. "República do Leblon" cresce e aparece. *Folha de S. Paulo*, 18.01.2004.

DAVIS, G. F. *Managed by the markets: how finance reshaped America*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.

DIMAGGIO, P. *The twenty-first-century firm: changing economic organization in international perspective*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2001.

DRUCKER, P. F. *The pension fund revolution*. New Brunswick (NJ): Transaction Publishers, 1996.

———. *The unseen revolution: how pension fund socialism came to America*. London: Heinemann, 1976.

DUMÉZIL, G. *Mythe et épopée*. Paris: Gallimard, 1971.

FLIGSTEIN, N. *The transformation of corporate control*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1990.

FLIGSTEIN, N.; FRIEDLAND, R. Theoretical and comparative perspectives on corporate governance. *Annual Review of Sociology*, p. 21-43, 1995

GANGNEUX, G. Le bas clergé sous l'Ancien Régime: l'exemple d'une cure aux XVII^{ème} et XVIII^{ème} siècles. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, XIV Année, n. 4, p. 745-749, 1959.

GIANNOTTI, J. A. *A universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GRÜN, R. A dominação, a doxa e o neoliberalismo: a revanche do baixo clero e a pista das homologias sociais. *Dados* (em julgamento).

———. Entre o PiG e o mensalão mitologia política e realidade contemporânea. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 86, Out. 2014.

———. A dominação financeira no Brasil contemporâneo. *Tempo Social*, v. 25, p. 179-213, 2013a.

———. A vingança do baixo clero: o desafio ao “PiG” e o estado do conflito cultural no tratamento da crise financeira. *Mana*, v. 19, p. 303-340, 2013b.

———. Escândalos, tsunamis e marolas: apontamentos e desapontamentos sobre um traço recorrente da atualidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, p. 151-174, 2011a.

———. Crise financeira 2.0: controlar a narrativa & controlar o desfecho. *Dados*, v. 54, p. 307-354, 2011b.

———. A crise financeira, a guerra cultural e as transformações do espaço econômico Brasileiro em 2009. *Dados*, v. 53, p. 255-297, 2010.

———. Financeirização de esquerda? Frutos inesperados no Brasil do século XXI. *Tempo Social*, v. 21, p. 153-184, 2009.

———. Escândalos, marolas e finanças: para uma sociologia da transformação do ambiente econômico. *Dados*, v. 51, p. 313-352, 2008a.

———. Guerra cultural e transformações sociais: as eleições presidenciais de 2006 e a “blogosfera”. *Sociedade e Estado*, v. 23, p. 621-666, 2008b.

———. Escândalos, marolas e finanças: para uma sociologia da transformação do ambiente econômico. *Dados*, v. 51, p. 313-352, 2008c.

———. Da plutocracia à dominação do capital financeiro. *Rev. bras. Ci. Soc.* v. 65, p. 85-107, 2007a.

———. Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira. *Mana*, v. 13, p. 381-410, 2007b.

———. Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, p. 85-107, 2007c.

———. *Escândalos, marolas e mudanças: para uma sociologia da transformação simbólica*. São Carlos: Núcleo de estudos em Sociologia Econômica e das Finanças da UFScar, n. 32, 2006.

———. . Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, p. 67-90, 2005a.

———. . O “nó” dos fundos de pensão. *Novos Estudos-Cebrap*, n. 73, p. 19-31, 2005b.

———. . A sociologia das finanças e a nova geografia do poder no Brasil. *Tempo Social*, v. 16, p. 151-176, 2004a.

———. . A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na cena política. *Dados*, v. 47, p. 5-47, 2004b.

———. . Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias. *Mana*, v. 9, n. 2, p. 7-38, 2003.

———. . Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, p. 121-140, 1999.

———. . O estreitamento das classes médias norte-americanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 9, p. 130-133, 1994.

———. . Quem é moderno? Um ensaio sobre as estratégias discursivas dos gerentes brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais da Anpocs*, v. 7, n. 1, p. 12, 1992.

HACKING, I. *The social construction of what?* Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1999.

HEY, A. P. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil*. São Carlos: Edufscar, 2008.

JARDIM, M. A. C. *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

LAKOFF, G. *Moral politics: what conservatives know that liberals don't*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

MALER, P. C. H. Usages médiatiques d'une critique «savante» de «la théorie du complot». *Agone*, v. 47, p. 167-178, 2012.

MOREIRA, A. Brasil ainda tem tarifa de celular mais cara do mundo, diz UIT. *Valor*, 07.10.2013. <<http://www.valor.com.br/empresas/3295780/brasil-ainda-tem-tarifa-de-celular-mais-cara-do-mundo-diz-uit#ixzz2vHXxS8PQ>>.

MUEL-DREYFUS, F. *Vichy et l'éternel féminin: contribution à une sociologie politique de l'ordre des corps*. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

MURPHY, P. Esquerda e Bovespa fazem aliança estratégica: para presidente da Bolsa, “muro de Berlim caiu” com a inédita visita de Lula ao pregão. *O Estado de S. Paulo*, 01.09.2002 .

NETTO, A. D. Crescimento e imposto sobre energia: “apagão” fez país perder a vantagem da energia farta. *Valor Econômico*, 05.08.2003.

O’BOYLE, L. The problem of an excess of educated men in Western Europe, 1800-1850. *The Journal of Modern History*, v. 42, n. 4, p. 471-495, 1970.

OLIVEIRA, R. Chega ao fim a hegemonia da PUC. *Valor Econômico*, 20.03.2002.

ORTONY, A. *Metaphor and thought*. Cambridge (UK); New York (NY): Cambridge University Press, 1993.

PEDROSO NETO, A. J. *Geração, transmissão e distribuição de energia social no processo de privatização das empresas do setor elétrico paulista*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

PELLEPORT, A.-G.; DARNTON, R. *Les bohémiens*. Texte imprimé roman. Édition présentée et annotée par Robert Darnton. Paris: Mercure de France, 2010.

PEÑA, B. Deputados e senadores trocam tapas e empurrões. *O Globo*, 22.09.2005.

SARTORE, M. *Convergência de elites: a sustentabilidade no mercado financeiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010

SENADO FEDERAL. Notas da Comissão Parlamentar de Inquérito referentes à 21ª reunião ordinária da CPI: compra de votos (mista) de 21.09.2005.

SCHULER, M.; FRINGS, M. S. *Ressentiment*. Milwaukee (Wis.): Marquette University Press, 1994.

TROSTER, R. L. Conspiração de bancos. *Folha de S. Paulo*, 26.03. 2004.

USEEM, M. *Investor capitalism: how money managers are changing the face of corporate America*. New York: Basic Books, 1996.

———. *Executive defense: Shareholder power & corporate reorganization*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1993.

VIDIGAL, G. *Bancos e finanças aspectos da política financeira brasileira*. São Paulo: Raízes Artes Gráficas, 1981.

WAKSMAN, H. Os fundos de pensão e a imunidade fiscal. *Folha de S. Paulo*, 09.11.1997.

WEBER, M. *The sociology of religion*. Boston: Beacon Press, 1993.

WILLIAMS, K. *et alii*. The great train robbery: the economic and political consequences of rail privatisation. *Cresc Research Briefing*, 2013.

ZILBOVICIUS, G.; ARBIX, G. *A reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

